

EDUCAÇÃO INFANTIL EM TRANSFORMAÇÃO: do assistencialismo ao educacional

KINDERGARTEN IN TRANSFORMATION: from assistance to education

COIMBRA, Mariana de Souza¹; COLOMBO, Fabiano José².

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo apresentar a transformação sofrida pela escola de educação infantil que passou de uma entidade assistencialista para assumir um papel educacional e importante no desenvolvimento das crianças. Para nortear esta pesquisa procurou-se responder o seguinte problema de pesquisa: Como a educação infantil passou a ser um ambiente educacional e como pode ser desenvolvido um trabalho direcionado não apenas ao cuidado, mas a educação? Os estudos bibliográficos e documentais de cunho qualitativo desenvolvidos nesta pesquisa tiveram os seguintes objetivos: apresentar um panorama da evolução do conceito de infância no decorrer dos anos, analisar a evolução dos conceitos assistencialista para o educacional na história da Educação infantil refletindo sobre o foco atual que ainda se concentra no assistencial e apresentar um panorama das potencialidades de trabalho pedagógico e desenvolvimento infantil com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Palavras chave: Educação Infantil; Infância; Assistencialismo.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present the transformation undergone by the kindergarten school that changed from a charity to assume an educational and important role in the development of children. To guide this research, we tried to answer the following research problem: How did kindergarten become an educational environment and how can work be developed not only care, but education? The qualitative bibliographical and documentary studies developed in this research had the following objectives: to present a panorama of the evolution of the concept of childhood over the years, to analyze the evolution of the concepts of assistance to the educational in the history of children's education, reflecting on the current focus still focuses on care and present an overview of the potentialities of pedagogical work and child development based on the National Curricular Framework for Early Childhood Education.

Keywords: Kindergarten; Childhood; Assistance.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – FAIP, bolsista do programa de Iniciação Científica da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista/FAIP. E-mail: mari_szcb@hotmail.com.

² Docente dos cursos de Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista – FAIP. Pedagogo e Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília), Arquiteto pela Universidade de Marília (UNIMAR), orientador do programa de Bolsa de Iniciação Científica da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista/FAIP. E-mail: fajcolombo@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida e relatada no presente artigo abordada a temática: Educação Infantil e sua transformação histórica. Como objeto de estudo focou-se em analisar a transformação da modalidade de ensino Educação infantil ao longo dos anos. Interpretações iniciais mostraram que essa modalidade de ensino foi se transformando ao longo da história da educação passando do assistencialismo ao ensino sistematizado. Partindo desse viés foi realizada uma análise dessa evolução apontando como aconteceu a evolução de um contexto assistencialista para o educacional. Foi verificado também o fato de que em alguns casos se dá prioridade ao aspecto cuidador (assistencialista) em detrimento do educativo, ou seja, a importância do educacional no desenvolvimento cognitivo e social da criança, em muitos casos, acaba passando despercebido.

A partir do tema escolhido buscou-se por fatos históricos sobre a Educação Infantil, mostrando sua evolução no ponto de vista da criança e da infância diferente do que se tem hoje apresentando como surgiu o caráter assistencialista em razão da entrada das mulheres no mercado de trabalho.

O sentimento de infância nem sempre existiu, antes a criança exercia um papel produtivo na família sendo vista como um adulto em miniatura, com o início de uma sociedade capitalista e a criança sendo inserida como um ser social na comunidade, ela passa a ser vista como alguém que precisa ser cuidada e escolarizada para ser preparada para o futuro.

No Brasil a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, a educação é colocada como sendo um direito de todos e dever do Estado oferecer o amparo e a assistência para crianças de até 6 anos. Foi um grande marco para a garantia de direitos da criança no país. Logo em seguida em 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA que inseriu a criança no meio dos Direitos Humanos, garantindo os direitos das crianças e assumindo-as como cidadãs.

A Lei de Diretrizes e Bases apresenta em seu artigo 29 que a Educação Infantil sendo a primeira etapa da Educação Básica, tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos em todos os aspectos, assim o profissional precisa estar ciente do seu papel e capacitado para auxiliar nesse desenvolvimento, assim como a sociedade precisa enxergar a criança de 0 a 5 anos como um ser capaz de aprender e se desenvolver em todas as suas potencialidades.

Dessa forma será apresentado e aberto para reflexão o que tem sido levado em conta após tantas mudanças e da aquisição dos direitos da criança.

O objetivo geral deste artigo é refletir o aspecto assistencialista ainda em foco nos dias de hoje a fim de compreender a transformação da Educação Infantil em seu surgimento até os dias atuais e como pode ser desenvolvido um trabalho educacional.

Os objetivos específicos do artigo são: a) apresentar um panorama de como a criança era vista; b) trazer um histórico do surgimento do conceito de infância e a educação infantil apontando quais eram os objetivos e funções das creches na época; c) analisar a evolução do conceito assistencialista para o educacional; d) quais eixos podem ser trabalhados na educação infantil de acordo com o RCNEI.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa que originou este artigo foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, que por definição consiste na identificação de fontes documentais fornecendo uma bagagem teórica e de conhecimento, por meio de análise de fontes e levantamento de informações. Para tanto para esta pesquisa foram estudados documentos a respeito da Educação Infantil, como por exemplo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil e artigos e livros de autores que estudam o objeto desta pesquisa, levando em consideração que a pesquisa bibliográfica é o estudo de um problema ou aspecto de um assunto, levantando novos fatos para solucionar ou compreender melhor o problema que foi identificado previamente.

Analisando um conceito restrito do que é pesquisa bibliográfica, Macedo (1995, p. 13) afirma que:

[...] é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses e etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizados (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final).

Em suma, pesquisa bibliográfica é o levantamento e a documentação da bibliografia que já foi publicada referente ao assunto de pesquisa em livros, jornais, revistas, teses, artigos e etc., sendo o primeiro passo para uma pesquisa científica. Partindo dessa premissa, para a realização deste artigo foram utilizados livros encontrados na biblioteca da Faculdade de Ensino Superior do Interior Paulista - FAIP, material

disponibilizado pelo professor durante as aulas de Teoria e Prática da Educação Infantil e artigos encontrados sobre o assunto em sites como Scielo e Google acadêmico.

A CRIANÇA PERANTE A HISTÓRIA

Analisando a história da educação é possível ver que durante muito tempo a educação da criança era responsabilidade da família, através da convivência com os adultos é que elas aprendiam as regras e a cultura em que estava inserida. A criança nem sempre foi vista como um ser que merecia cuidados e que possuía direitos, eram tratadas como pequenos adultos e não havia um cuidado diferenciado.

Logo após o desmame, a criança pequena era vista como pequeno adulto e, quando atravessava o período de dependência de outros para ter atendidas suas necessidades físicas, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas em que aprendia o básico para sua integração no meio social (OLIVEIRA, 2007, p. 58).

Na época não existia o sentimento de infância e nem a figura que hoje chamamos de “criança”. Essa realidade foi modificada com a mudança e reorganização do contexto social, com a transição de um modelo social feudal para o capitalismo na Europa marcado pela revolução industrial. O aumento do sistema fabril mudou a estrutura social e consequentemente os costumes das famílias, visto que mediante o aumento de produção nas fábricas houve a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho.

A revolução industrial, a entrada da mulher no mercado de trabalho formal e a alteração significativa da organização familiar fez com que surgisse a necessidade das mães entregarem seus filhos pequenos aos cuidados de outra pessoa enquanto trabalhavam, eram chamadas “mães mercenárias”.

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil (FULY, 2012, p. 88, apud RIZZO, 2003, p. 31).

Diante da preocupação com os maus tratos e do abandono que resultavam na mortalidade infantil (o que se tornou comum) surgiram pessoas que resolveram acolher essas crianças em um ato filantrópico, surgindo assim o assistencialismo. Começa a despontar o sentimento de infância, o entendimento da particularidade infantil

diferenciando ela do adulto e aceitando que é um ser dotado de potencialidades para se desenvolver.

Instituições foram criadas pelo mundo para cuidar e proteger os filhos dos trabalhadores, surgindo assim às creches, com o objetivo assistencialista de cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam, se preocupando com a alimentação, higiene e cuidados físicos, cuidando do bem-estar das crianças. Essas instituições passaram a se preocupar também com a educação, o desenvolvimento da inteligência e bons hábitos, passou a ter como objetivo que as crianças aprendessem a ter atitudes de obediência, bondade, dar início a identificação de letras do alfabeto e adquirir noções de moral e religião.

A concepção de Jardim de Infância surgiu na Alemanha em 1840 por Frederic Froebel, com finalidade educacional defendendo um ambiente que pudesse desenvolver as potencialidades infantis juntamente com a sua liberdade de expressão e pensamento. Para Froebel as crianças eram pequenas sementes que sendo adubadas e expostas em condições favoráveis em seu meio poderiam se desabrochar e se desenvolver em um clima de amor e encorajamento.

Os jardins-de-infância divergiam tanto das casas assistenciais existentes na época, por incluírem uma dimensão pedagógica, quanto da escola, que demonstrava ter, segundo o autor, constante preocupação com a moldagem das crianças, praticada de uma perspectiva exterior (OLIVEIRA 2008, p. 67).

Na metade do século XIX, as instituições que cuidavam da primeira infância eram formadas por creches e jardins de infância e esses modelos foram aderidos em diferentes países pelo mundo. Intensificou-se nos países europeus as discussões sobre a escolaridade obrigatória colocando a educação como essencial para o desenvolvimento social, diante disso a criança passou a ser vista como alguém com necessidade de cuidados para se preparar para a vida adulta e passou a ser centro do interesse educativo.

No período da abolição da escravatura no Brasil, onde aumentou a migração para as grandes cidades e deu início a República, surgiram iniciativas para a proteção da infância diante dos altos níveis de mortalidade infantil e abandono, assim foi criado um grande número de creches por organizações filantrópicas. O surgimento de creches no Brasil se deu com um caráter assistencialista, tanto para acolher as crianças abandonadas quanto para auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa.

Em 1899 foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro pelo médico Arthur Moncorvo Filho, com o intuito de atender as mães pobres, dar assistência aos recém-nascidos, vacinação, distribuir leite e fazer a higienização dos

bebês e também implantar creches destinadas a crianças menores de dois anos para que as mães pudessem trabalhar.

Devido a muitos fatores, como o processo de implantação da industrialização no país, a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos (PASCHOAL, 2009, p. 83).

Com o passar dos anos, o aumento da industrialização e grande inserção de mulheres de classe média no mercado de trabalho gerou-se uma grande demanda pelo atendimento à infância, diante disso as conquistas vieram por meio de mobilização civil. Dentre elas houveram movimentos feministas que partiram dos Estados Unidos defendendo a ideia de que as creches e pré-escolas deveriam atender todas as mulheres independente de sua situação econômica e se trabalhavam ou não, a partir disso surgiram várias instituições mantidas pelo poder público.

Por volta de 1970, tanto nos Estados Unidos como no Brasil acreditavam na ideia de que o atendimento a crianças pequenas fora de seus lares poderia superar suas precárias situações sociais no qual muitas se encontravam, assim defendiam a educação compensatória. Existia a concepção de que crianças que vinham das classes dominadas eram carentes e inferiores por não seguirem um padrão estabelecido, para vencer suas deficiências de saúde, nutrição e escolar surgiram propostas para compensar aquilo que elas precisavam. Dessa forma a pré-escola deveria gerar uma mudança social possibilitando uma igualdade nas oportunidades educacionais.

Nesse contexto as instituições públicas atendiam crianças das classes mais pobres, e as instituições particulares tinham propostas pedagógicas direcionadas á socialização e a preparação para o ensino regular, ou seja, as crianças mais desfavorecidas eram atendidas com um trabalho que dava ênfase em suas carências e deficiências, já as crianças de classe mais alta tinham uma educação mais favorecida voltada para a criatividade e sociabilidade infantil. Existiam contextos diferentes de desenvolvimento de acordo com a classe social, surgiu então uma preocupação com essa desigualdade no atendimento das crianças e deu início a regulamentação desse atendimento no campo da legislação.

Muitos foram os anos em que houve luta e ideias sobre o direito da criança a uma educação com qualidade e houve um esforço coletivo de vários segmentos como organizações não-governamentais, pesquisadores da área de educação, comunidade

acadêmica e a população, para que esse direito fosse reconhecido pela Constituição. Com a pressão desses movimentos a creche e a pré-escola foram incluídas no sistema educativo na Constituição Federal de 1988 no artigo 208, inciso IV e diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade” (BRASIL, 1988)

As creches antes dessa Lei eram vinculadas á assistência social, depois de serem reconhecidas pela lei elas passaram a ser responsabilidade da educação. A partir disso o princípio era que essas instituições não apenas cuidassem das crianças, mas também desenvolvesse um trabalho educacional.

A inserção da criança na Constituição foi um grande marco para os direitos da criança no Brasil e foi um grande movimento de discussão e participação da população, dessa forma a criança foi vista como um sujeito de direitos. Logo após a aprovação da Constituição, foi aprovado em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), o ECA que ao regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal, insere a criança no mundo dos direitos humanos.

Segundo o ECA (BRASIL, 1990):

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O ECA contribuiu para uma nova forma de olhar a criança, olhar como um ser de direitos, principalmente o direito de ser uma criança.

O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento (PASCHOAL, 2009, p. 85 apud FERREIRA, 2000, p. 1884).

Nos anos subsequentes foi publicado a Política Nacional de Educação Infantil pelo Ministério da Educação norteado pela Constituição Federal e pelo ECA. Essa política se baseia em uma série de documentos que firmam diretrizes pedagógicas e de recursos humanos para aumentar a oferta de vagas e melhor qualidade do ensino que respeite os direitos da criança, discutindo o funcionamento das instituições e a importância da qualificação do profissional dessa área.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (9.394/96) que também foi impulsionada por uma mobilização social organizada com o intuito de garantir para as crianças, na legislação, uma educação de qualidade. A LDB inseriu a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica, dizendo em seu artigo 29 que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996).

O Ministério da Educação em 1998 publicou o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) em três volumes para proporcionar aos profissionais um guia de reflexão de caráter educacional sobre os conteúdos, objetivos e didática para os que trabalham com crianças de 0 a 6 anos, ou seja, colaborar para a implementação de práticas pedagógicas de qualidade para a Educação Infantil. O RCNEI não possui um valor legal, sendo considerado uma orientação para os professores de creches e pré-escolas.

Esse Referencial apresenta objetivos dos quais o profissional precisa estar atento para desenvolver as seguintes capacidades nas crianças: imagem positiva de si e confiança, conhecer seu próprio corpo e suas potencialidades, estabelecer vínculos afetivos com adultos e crianças, estabelecer relações sociais, explorar o ambiente com curiosidade sendo um agente transformador, brincar e expressar emoções e pensamentos, utilizar diferentes linguagens expressando suas ideias e conhecer diferentes manifestações culturais, respeitando e valorizando a diversidade. Para que se alcance esses objetivos é necessário que sejam oferecidas atividades como a brincadeira e também atividades através de situações pedagógicas orientadas.

Chegou-se a definição de que educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas para contribuir no desenvolvimento das capacidades infantis, como a relação interpessoal em uma atitude de aceitação, respeito e confiança e acesso aos conhecimentos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998).

O cuidar é uma parte que compõe a educação, onde cuidar de uma criança no contexto educacional necessita da integração de vários conhecimentos e de profissionais de diferentes áreas. Foram aprovadas também pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, que veio com o objetivo de nortear as propostas curriculares e as propostas pedagógicas.

Assim é possível concluir que existiu um grande avanço na questão da legislação em relação ao reconhecimento da criança em seus primeiros anos de vida e faz-se necessário ressaltar que existiram e ainda existem muitos desafios para o acesso e a qualidade de atendimento desse direito, no qual a assistência às necessidades da criança caminhe juntamente com o seu desenvolvimento integral educacional.

EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

Hoje muitos pais encaram a creche ou pré-escola ainda como um lugar para deixar seus filhos enquanto trabalham, tendo uma visão do professor e seus auxiliares apenas como babás, assim como professores e profissionais da área aceitam essa condição e não exploram seus próprios potenciais como educadores e nem o potencial das crianças em aprender. O cuidar e o educar devem andar juntos já que é previsto por lei que a criança tem direito a isso e é de grande importância para o seu desenvolvimento.

Foi um grande avanço para a educação infantil ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, ela tem como objetivo oferecer para as crianças condições adequadas para o seu bem-estar, assim como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e ampliar suas experiências.

Em contato com a área da Educação Infantil e com a experiência vivenciada nos estágios realizados na Educação infantil foi possível observar que alguns, sejam professores ou pais, ainda encaram a Educação Infantil com um caráter assistencial e nem tanto como educacional. Isso pode ser levado em conta pela possibilidade dos pais se preocuparem mais em ter um local para deixar seus filhos cuidados, higienizados e alimentados enquanto trabalham e não se envolverem com o processo de desenvolvimento escolar dos filhos. e pelos profissionais ainda se sentirem perdidos do que podem oferecer para as crianças já que aparentemente não tem tanta importância por não ter em foco a alfabetização e nem um conteúdo específico.

Muitos não têm a consciência de que podem ensinar, seja através das brincadeiras, música, dança, arte, história, experiências ou na interação entre eles. Existe uma busca incessante pela qualidade do atendimento nas escolas no qual poderia começar pela valorização e formação de professores, um dos pontos mais importantes para a promoção de qualidade do ensino seja em qualquer grau ou modalidade.

Segundo Paschoal (2009, p.91)

A falta de uma metodologia adequada para o desenvolvimento de cada atividade, a excessiva escolarização ou a alfabetização precoce e a inexistência de um currículo que integre os cuidados à educação da criança, a pouca autonomia sobre a própria ação e a baixa remuneração também são questões que impedem um trabalho de mais qualidade. É importante destacar que a concretização de um bom trabalho junto às crianças se inicia pela maneira como os professores apropriam-se de modelos pedagógicos ao longo da carreira, haja vista que o contexto pedagógico requer estruturas curriculares abertas e flexíveis.

Assim é possível refletir que embora tantos direitos tenham sido conquistados através de mobilização social, leis e documentos oficiais, é preciso olhar para a criança em suas necessidades e em sua totalidade para que possa ser reconhecida não só pela lei, mas pela sociedade como um todo. E quando inserida no meio da Educação Infantil ela possa estar não apenas em um espaço assistencial, mas também educacional, auxiliando em seu desenvolvimento integral estimulando todas as suas potencialidades cognitivas e sociais.

A PROCURA DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Criar uma proposta pedagógica para a educação infantil vem sendo um desafio, pois no decorrer da história a educação infantil mudou sua função na sociedade, é necessário que acabe a crença de que essas instituições são apenas assistencialistas.

No momento em que as creches e pré-escolas entraram na legislação com propósito educacional por meio da Lei 9394/96 na LDB houve uma maior preocupação de quais seriam as propostas pedagógicas para as instituições. Para se construir propostas pedagógicas elas devem ser mediadas por objetivos e prioridades da aprendizagem.

Para que seja construída uma boa proposta se faz necessário ter um currículo que faça uma mediação entre a realidade cotidiana da criança e a realidade social a sua volta, assim intermediar os valores e os conflitos que a criança vive em seu meio com outros valores e visão de mundo. Dessa forma deve-se concentrar no desenvolvimento da criança diante de suas necessidades e cultura, pois todas as crianças estão inseridas em um contexto social com culturas e valores diferentes e esse fato não pode ser desconsiderado na hora de desenvolver propostas pedagógicas, onde as experiências vividas em seu meio não podem ser separadas das experiências vividas no meio escolar.

No momento atual existe uma necessidade de se criar propostas que não ofereçam atividades sem sentido para as crianças sob o controle de um adulto e sim propostas que valorizem a autonomia, a interação, a expressão e a busca por conhecimentos, respeitando

a individualidade e as características pessoais de cada um. Deve-se valorizar aquilo que a criança já sabe integrando com novos conhecimentos.

As atividades desenvolvidas devem se atentar a individualidade, no qual cada indivíduo possui um ritmo para aprender e se desenvolver e contemplar as diversas situações que podem ser exploradas, escapando de uma monotonia e de atitudes sistemáticas.

Quando se pensa em propostas que a escola pode seguir, é preciso se atentar aos eixos do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o RCNEI. Esse documento é constituído por um conjunto de referências e orientações pedagógicas que podem nortear com qualidade o trabalho do professor em suas práticas educativas, considerando as particularidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos.

O RCNEI organiza o trabalho na educação infantil em eixos que são áreas do conhecimento a serem desenvolvidas e norteiam as propostas a serem trabalhadas, sendo eles: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática. Cada eixo possui uma estrutura contendo ideias e práticas, objetivos a serem atingidos dentro do eixo, conteúdos e orientações didáticas para o professor e bibliografia separando por idade, de zero a três anos e de quatro a seis anos.

O eixo Identidade e Autonomia está associado ao conhecimento, desenvolvimento e recursos pessoais para resolver situações da vida. A identidade diz respeito a distinção, a diferença entre as pessoas em suas características e formas de pensar e para construir sua identidade a criança precisa estar em meio a relações sociais. Sabemos que sua primeira socialização acontece no meio familiar, dessa forma a educação infantil proporciona a criança a oportunidade de se relacionar com outras crianças e adultos, conhecendo novas culturas e hábitos, aprendendo novas brincadeiras e conhecimentos em geral. A autonomia diz respeito a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, princípios de valor, perspectiva pessoal e do outro e desde os primeiros anos deve ser o princípio das ações educativas. Deve-se considerar a criança como um ser capaz de ter suas próprias vontades, sendo competentes para buscar seus próprios conhecimentos, interferindo de sua forma no meio em que vivem (BRASIL, 1998).

O Movimento é um tipo de linguagem muito importante a ser explorado desde os primeiros anos. Desde que nascem as crianças interagem com o mundo por meio dos

movimentos, controlando seu corpo e tomando conhecimento do que está a sua volta. As crianças por meio de seus movimentos se expressam, elas engatinham, andam, correm, pulam, saltam e brincam, interagindo com os outros e se relacionando com o meio (BRASIL, 1998).

Quando as crianças brincam, dançam, pulam, imitam, criam ritmos e movimentos, elas estão se apropriando de uma cultura corporal. A educação infantil deve proporcionar um ambiente seguro para que possam explorar e vencer desafios, proporcionando um desenvolvimento da motricidade, reflexão sobre posturas corporais e novos conhecimentos acerca da cultura corporal para suas atividades do dia a dia (BRASIL, 1998).

Para crianças de zero a três anos o objetivo é desenvolver a familiarização com o próprio corpo, exploração de gestos, deslocar-se com segurança no ambiente, andando, correndo ou pulando e explorar movimentos como encaixe, pressão e lançamento. Esses objetivos podem ser atingidos por meio de atividades direcionadas. O banho é uma oportunidade de a criança conhecer o próprio corpo, ele pode ser acompanhado de músicas que falem sobre as partes do corpo. As brincadeiras também podem ser usadas como uma forma de envolver o cantar, os movimentos, identificação das partes do corpo e contato físico, por meio das brincadeiras as crianças se movimentam e se expressam com seu corpo criando uma relação com o meio a sua volta. O espelho é um grande aliado para que as crianças possam se visualizar e tomar conhecimento do seu corpo e se reconhecer como um indivíduo (BRASIL, 1998).

Os objetivos a serem alcançados com crianças de quatro a seis anos são ampliar e explorar diferentes formas de movimentos por meio de jogos e brincadeira, conhecendo sua força, velocidade, resistência e flexibilidade; controlar seus próprios movimentos aperfeiçoando suas habilidades e ampliando novas possibilidades de movimentos antes explorados como encaixe, pressão e lançamento, apropriando-se gradativamente da imagem de seu corpo. Para isso o espelho continua sendo um importante aliado para a criança conhecer seu próprio corpo podendo ser utilizadas brincadeira como se fantasiar e assumir novos papéis. Podem ser feitos alguns jogos de imitação, interação e reconhecimento do próprio corpo, como por exemplo, o jogo “Siga o mestre” (BRASIL, 1998).

Uma forma interessante de se trabalhar o movimento nessa faixa etária é abordar os sinais vitais e as suas alterações quando se movimentam correndo, pulando ou relaxando, dando as crianças o conhecimento sobre seu corpo e o impacto que os

movimentos que fazem tem sobre ele. As brincadeiras de dança e de roda possibilitam diferentes movimentos, auxiliando na socialização e nas qualidades de expressão e ritmos.

Dessa forma, as brincadeiras e jogos estão ligadas a coordenação dos movimentos e do equilíbrio, a instituição de educação infantil deve valorizar em seu cotidiano atividades que desenvolvam esses dois aspectos, onde juntamente com eles são desenvolvidas aprendizagens sociais, nas quais as crianças aprendem a competir, a colaborar com o próximo, a combinar e a respeitar as regras.

A Música é uma linguagem capaz de expressar sentimentos, sensações e pensamentos, estando presente em todas as culturas. Essa linguagem tem sido suporte para alcançar vários objetivos presentes em todos os eixos da educação infantil, ela pode incentivar e ensinar as crianças a tomarem banho, escovarem os dentes, se alimentar, podem estar relacionadas também a datas comemorativas como dia das mães, dia do soldado, festas em geral. A música também é aliada para levar até as crianças conteúdos como números, cores, letras do alfabeto, animais, a natureza entre outros assuntos importantes para o desenvolvimento da criança. É importante também que a criança vivencie e reflita sobre questões musicais, desenvolvendo sua audição, domínio rítmico, a percepção e a expressão do som (BRASIL, 1998).

Deve-se considerar a música como ponto de partida para muitas aprendizagens. Quando a criança ouve música, cria canções, brinca de roda, confecciona brinquedos musicais, está realizando atividades musicais que passam pela afetividade, estética e cognitiva. A música é um meio de desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e do autoconhecimento e um grande meio de integração social (BRASIL, 1998).

Para o RCNEI (BRASIL, 1998) a música na educação infantil tem como objetivos desenvolver a capacidade de ouvir, perceber e diferenciar sons, fontes sonoras e produções musicais, além de brincar, imitar, inventar e reproduzir músicas. Para crianças de quatro a seis anos o objetivo está em identificar e explorar elementos da música para expressar sentimentos, emoções e pensamentos, interagindo com o outro, ampliando seus conhecimentos por meio de criações, improvisos e interpretações.

Para organizar os conteúdos a serem trabalhados é preciso respeitar o nível de desenvolvimento da criança e sua percepção, assim como suas diferenças socioculturais, devendo estar dividido em “O fazer musical” - o aluno irá se comunicar e se expressar

por meio de improvisos, de composição e interpretação – e a “Apreciação Musical” no qual as crianças ouvem e interagem com diferentes tipos de músicas (BRASIL, 1998).

O eixo das Artes Visuais também é um importante meio de comunicação e expressão de sentimentos, sensações e pensamentos, porém por meio de linhas, formas, pontos, volume, espaço, cores, luz, por meio de pintura, gravura, desenho, escultura, brinquedos e etc. Na arte se faz presente a integração entre aspectos sensíveis, intuitivos, afetivos, estéticos e cognitivos, promovendo a interação social (BRASIL, 1998).

As artes visuais não podem ser consideradas apenas como um passatempo, atividades sem sentido de desenhar, cortar, colar, pintar, criar coisas com massinhas, pintar desenhos de datas comemorativas apenas para expor. A arte vai muito mais além, pode ser vista como uma manifestação auto expressiva sendo incentivada a criação, assim as propostas devem ser direcionadas para questões do desenvolvimento da criança.

Ao explorar esse eixo devem ser trabalhados de forma integrada o pensamento, a sensibilidade, a imaginação, a intuição, a percepção, a cognição e a criatividade de modo a estimular o desenvolvimento das crianças. Na aprendizagem de artes a criança define seu caminho de criação e construção individual envolvendo escolhas, experiências pessoais, aprendizagens, relação com a natureza e motivação interna e externa. Esse percurso que a criança faz pode ser valorizado com uma ação educativa intencional, porém a criação artística é particular e única de cada indivíduo. O desenho por exemplo, é um importante meio de comunicação da criança, pois por meio deles ela expressa seus sentimentos e faz relação consigo mesma, com outras pessoas, com sua imaginação e com o meio em que vive. No decorrer do desenvolvimento da criança o desenho passa por uma evolução de rabiscos iniciais da garatuja para construções mais ordenadas através de símbolos, como desenhar um sol, uma árvore figuras humanas, animais, plantas, cidade entre outras coisas que ela vê a sua volta e em seu meio. É a partir do desenho que a criança irá construir uma relação com outras formas de fazer arte, como por exemplo, a pintura, modelagens, colagens e etc. (BRASIL, 1998).

É importante ressaltar que a criança deve ter liberdade para explorar os diferentes materiais e fazer isso livremente sem uma intervenção direta, ou seja, tenham contato com diferentes tipos de lápis, cores, canetas hidrocor, giz de cera, que possa utiliza-los em diferentes suportes, papéis de diversos tamanhos e texturas, assim como o chão, areia e parede e a partir disso poder fazer suas criações de acordo com uma ação educativa intencional.

Para que a criança possa criar é considerável que ela aprecie a arte, ou seja, que ela observe e tenha contato com diferentes obras de arte, levando-os a conhecer a grande diversidade de produções artística que existe ao redor do mundo. É significativo para criança não apenas olhar uma obra de arte mas conhece-la como um todo, sobre a vida de quem produziu, como ela foi feita, quais materiais foram utilizados, qual seu significado, deixando que as crianças opinem sobre o que viram instigando o seu interesse e curiosidade.

A Linguagem oral e escrita é um dos eixos básicos da educação infantil, pois é por meio da linguagem que a criança interage socialmente, orienta suas ações, e constrói muitos dos conhecimentos e desenvolve o pensamento. Não é apenas aprender palavras, mas também os seus significados culturais e na realidade. A aprendizagem da língua, seja ela oral ou escrita, dá a criança acesso ao mundo letrado, ampliando sua capacidade de comunicação e expressão. O desenvolvimento deste eixo está associado a quatro competências linguísticas, o falar, escutar, ler e escrever (BRASIL, 1998).

A linguagem oral está presente no dia a dia das crianças e das instituições de educação infantil, onde ela é um meio de comunicação de ideias, pensamentos, de influencias e um meio de se relacionar com todos, crianças e adultos. A aprendizagem dessa linguagem acontece dentro de um contexto, de situações, de interações e diálogos, dessa forma quanto mais a criança puder falar, sobre sua vida, contar histórias, explicar algo, dar ou pedir informações, mais ela irá desenvolver sua capacidade de se comunicar.

Deve-se levar em conta que por meio da construção do discurso oral e escrito é que a criança entra em contato com o processo de letramento, utilizando a escrita como um sistema simbólico, tornando-as significativas. Isso acontece com o contato que a criança tem com a linguagem escrita em seu dia a dia, seja por meio de livros, jornais, embalagens, propagandas, placas, dessa forma estão em contato com a escrita antes mesmo de estar em uma instituição educativa.

Elas começam a aprender a partir de informações provenientes de diversos tipos de intercâmbios sociais e a partir das próprias ações, por exemplo, quando presenciam diferentes atos de leitura e escrita por parte de seus familiares, como ler jornais, fazer uma lista de compras, anotar um recado telefônico, seguir uma receita culinária, buscar informações em um catálogo, escrever uma carta para um parente distante, ler um livro de histórias etc (BRASIL, 1998, v. 3, p. 122).

Dessa forma, a partir desse contato a criança começa a criar hipóteses sobre a escrita, porém o desenvolvimento vai depender da frequência e da qualidade dessas interações, podendo evoluir lentamente ou rapidamente. Assim, pode-se concluir que

crianças que estão em famílias que possuem o hábito de ler e escrever com maior frequência apresentam mais facilidade com a linguagem escrita do que aquelas que vem de famílias que não possui esse hábito.

É de grande importância que as instituições de educação infantil proporcionem às crianças o contato com a linguagem oral e escrita, oferecendo variadas situações de comunicação possibilitando a expressão, ouvindo outras pessoas, elaborando e respondendo perguntas, estimular a leitura de histórias introduzindo a escrita por meio do contato com livros, revistas, histórias em quadrinhos, reconhecer o próprio nome escrito e sabendo identificá-lo em várias situações (BRASIL, 1998).

No RCNEI (BRASIL, 1998), o eixo Natureza e Sociedade está relacionado a assuntos que se referem ao mundo natural e social, partindo do interesse que as crianças tem em animais, bichos de jardim, tempestades, aos bichos do mar, dinossauros, plantas, notícias atuais, programas de TV, histórias de outros tempos e também as vivências sociais, os lugares do mundo e os modos de vida. Esse eixo está associado a Ciências Humanas e Naturais.

O documento (BRASIL, 1998) traz que as crianças tomam consciência do mundo de maneiras diferentes de acordo com sua fase de desenvolvimento, elas vão crescendo e se deparando com diferentes fatos e fenômenos que instigam sua curiosidade em procurar respostas para aquilo que observam a sua volta, assim ocorrem mudanças em sua forma de ver a natureza e a sociedade.

O objetivo desse eixo é fazer com que as atividades desenvolvidas seguindo seus conteúdos e orientações levem as crianças a explorarem o ambiente, se relacionarem com as pessoas e tenham contato com diferentes animais e plantas, despertando sua curiosidade e interesse, valorizando-se como um ser capaz de preservar a natureza e a qualidade de vida humana. É interessante que elas criem perguntas e formulem soluções para compreender o mundo social e natural, manifestando opiniões e confrontando ideias. A criança precisa estar em contato com o modo de vida de seu grupo e de diferentes grupos, possuindo uma visão de mundo integral ampliando seus conhecimentos.

Em relação ao eixo Matemática há muito que se explorar na educação infantil, já que desde os primeiros anos a criança está em contato com os números e diversos conceitos que estão relacionados a noções matemáticas, como as noções de quantidade e de espaço. Em seu cotidiano as crianças utilizam conceitos matemáticos para resolver problemas, contar figurinhas, balas, realizar brincadeiras, dividir algo entre os amigos, mostrar a idade com os dedos, marcar pontuação de jogos, exploram o espaço ao seu

redor, seu deslocamento, fazem caminhos, comparam distâncias, enfim, as noções matemáticas são construídas a partir da relação da criança com o meio e da interação com outros indivíduos.

A educação infantil é responsável por auxiliar a criança a organizar esses conceitos e proporcionar novos conhecimentos, desenvolvendo assim um raciocínio lógico-matemático por meio de atividades intencionais e planejadas, podendo ser através de histórias, músicas, jogos, brincadeiras e etc.

De acordo com o referencial curricular Nacional (BRASIL, 1998), os objetivos desse eixo são os de criar proximidade com noções matemáticas relacionadas ao seu cotidiano, como a contagem e as relações espaciais. Aos poucos esse trabalho pode ser aprofundado levando as crianças a reconhecerem os números, as operações numéricas, as contagens e noções espaciais essenciais para o seu dia a dia, fazer a criança a criar hipóteses, resolver situações-problemas relacionadas a quantidade, espaço e medidas, todos utilizando os conhecimentos que a criança já possui e suas possibilidades cognitivas.

Com as crianças de zero a três anos pode ser trabalhado a contagem oral, noções de quantidade, de tempo e espaço em jogos, brincadeiras e músicas, a manipulação e exploração de objetos e brinquedos, possibilitando o desenvolvimento de noções matemáticas sem uma imposição, mas de forma prazerosa e divertida. A partir dos quatro a seis anos os conteúdos são aprofundados dando ênfase a conceitos especificamente matemáticos organizando os conteúdos em: “Números e sistema de numeração, “Grandezas e medidas” e “Espaço e forma”. Os objetivos então passam a ser a contagem oral, utilização de noções de cálculo, comparar grandezas, noções de medida, peso, volume e tempo, marcação de tempo, experiência com dinheiro, exploração e identificação de propriedades geométricas, formas, bidimensionalidade, tridimensionalidade, faces e lados, identificação de pontos de referência, descrição e representação de percursos e trajetões.

Dessa forma é possível observar que a aprendizagem da matemática na educação infantil deve acontecer de forma natural, por meio de brincadeira, jogos, músicas, histórias e exploração do meio, sempre levando em conta aquilo que a criança já sabe. Não deve ser algo imposto e sim algo natural e divertido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a Educação Infantil no decorrer da história sofreu grandes e consideráveis transformações, passou de um lugar de assistencialismo, destinado apenas para os cuidados básicos das crianças enquanto suas mães trabalhavam, para um espaço voltado para o cuidado juntamente com a educação e desenvolvimento integral do indivíduo. A criança foi ganhando o seu espaço na sociedade, foi vista como um ser capaz de aprender e se desenvolver para atuar no meio social.

A criança foi reconhecida como um ser de direitos e inserida nas leis, dando-lhe total proteção, garantindo direito a educação, ao cuidado, direito de brincar, de querer e não querer, de ser criança e direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, cognitivo, espiritual e social. Foram desenvolvidas leis, políticas e documentos que apresentam diretrizes e propostas pedagógicas a serem aplicadas na educação, para garantir melhor qualidade no atendimento e desenvolvimento das crianças que frequentam as instituições de educação infantil, respeitando suas particularidades e desenvolvimento. O RCNEI é um desses documentos e foi amplamente explorado na construção deste artigo a fim de mostrar as inúmeras possibilidades educacionais da Educação Infantil para além do assistencialismo.

São muitas as possibilidades de aprendizagem da criança dentro da instituição de Educação Infantil e muitas foram às lutas para que isso fosse possível, assim devemos refletir a respeito da importância que a Educação Infantil tem para o desenvolvimento integral da criança sendo uma etapa significativa na educação básica, não sendo apenas um local para cuidado enquanto os pais trabalham, mas sim um local onde pode ser explorado e desenvolvido diversas potencialidades inatas em todas as crianças, independentemente de sua condição física, social ou cultural.

Assim se faz necessário que exista uma parceria da instituição de educação infantil com a família, que exista um compromisso mútuo entre ambas as partes e que os dois lados enxerguem suas crianças como seres capazes, cheios de potencial para aprender, sendo a escola de educação infantil um local que ensine as crianças de forma intencional, lúdica, planejada e divertida, levando-os a se desenvolverem em todas as áreas por meio das brincadeiras, da música, das histórias, dos contos e jogos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 17 maio 2017.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Junho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 17 maio 2017.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 20 maio 2017.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, v. 3. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em 21 outubro 2017.
- CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. **Pesquisa Bibliográfica**. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em 08 abril 2017.
- FULY, Viviane Moretto da Silva; VEIGA, Georgea Suppo Prado. Educação Infantil: da visão assistencialista à Educacional. **Interfaces da Educação**, Paraíba, v. 2, n. 6, p. 86-94, 2012. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/viewFile/588/552>>. Acesso em 15 março 2017.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7.ed, São Paulo: Cortez, 2003.
- MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf>. Acessado em 15 março 2017.